



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM DEBATE E O PAPEL TRANSFORMADOR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DO PRONERA, NA UFT

MARIA JOSE ANTUNES DA SILVA¹

JOSENICE FERREIRA DOS SANTOS ARAÚJO²

MARIA HELENA CARIAGA³

ROSEMARY NEGREIROS DE ARAUJO⁴

INGRID KARLA DA NÓBREGA BESERRA⁵

RESUMO

O presente relato de experiência apresenta as reflexões sobre a implementação do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Tocantins (UFT), em Miracema, por meio do convênio com o INCRA e o Pronera. O curso utiliza a pedagogia da alternância para formar estudantes camponeses do Maranhão e Tocantins, destacando a importância e os desafios dessa formação.

Palavras-chave: Serviço Social da Terra; Pronera; Educação Popular.

ABSTRACT

This experience report presents reflections on the implementation of the Social Work course at the Federal University of Tocantins (UFT) in Miracema, through the agreement with the INCRA and Pronera. The course uses alternating pedagogy to train peasant students from Maranhão and Tocantins, highlighting the importance and challenges of this training.

Keywords: Social Work; Pronera; Popular Education.

¹ Universidade Federal do Tocantins

² Universidade Federal do Tocantins

³ Universidade Federal do Tocantins

⁴ Universidade Federal do Tocantins

⁵ Universidade Federal do Tocantins

INTRODUÇÃO

O presente relato aborda as reflexões e experiências do curso de Serviço Social da Terra, atualmente em desenvolvimento na Universidade Federal do Tocantins. Este curso foi implementado em colaboração com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), conforme as diretrizes do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

O Pronera faz parte das estratégias vinculadas à Política Nacional de Educação do Campo, criada pelo Decreto 7.352, de 02 de novembro de 2010 (Brasil, 2010). Este decreto reconhece ainda, em seu Artigo 1º, que a população do campo é composta por “agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (Brasil, 2010).

O Programa é resultante de mobilizações e lutas camponesas pelo acesso à educação formal, todavia, traz diversos “gargalos” (administrativos, políticos, teórico-metodológicos, entre outros) a serem debatidos. Ressalta-se que, no ano de 2023, completam-se 25 anos da realização da I Conferência de Educação do Campo⁶, e ainda, 25 anos de criação do Pronera. O que se pode observar nesses anos de lutas é que esse processo histórico registra diversos avanços e retrocessos dos direitos à educação do campo.

Diversos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil já se beneficiaram com o Programa mencionado, que oferece formação em vários níveis, desde a alfabetização até o ensino superior. Como resultado, muitos desses estudantes chegaram até o doutorado após serem inseridos nesse sistema de ensino formal. No estado do Tocantins, a primeira turma de ensino superior foi criada com o curso de Serviço Social. Atualmente, com alunos se direcionando ao último ano de sua formação, encaminhando-se ao 7º período e em estágios. Essa turma conta com 20 estudantes de diferentes cidades do Tocantins e do Maranhão.

Esse trabalho visa expor a experiência vivenciada com a realização do curso, com diversos dados empíricos e reflexões da realidade que se manifestam. Para tanto, serão discutidos, no decorrer do trabalho: o processo histórico da criação do curso de Serviço Social do Pronera; as

⁶ Essa conferência foi realizada nos dias 27 a 31 de julho de 1998, em Luziânia, Goiás.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

estratégias de desenvolvimento de acolhida dos estudantes, de permanência e de realização dos estágios; os desafios da pedagogia da alternância e a assistência estudantil; e, por fim, as demandas à continuidade do curso em tempos de pandemia, austeridade fiscal e movimentos paredistas.

1. Trajetória do Curso de Serviço Social Pronera

A proposta de criação do curso de graduação em Serviço Social no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) surgiu como resultado das demandas dos trabalhadores rurais e comunidades envolvidas em assentamentos e acampamentos de reforma agrária. A proposta ganhou força após uma série de encontros entre representantes dos trabalhadores e professores da Universidade Federal do Tocantins (UFT), além de um seminário sobre movimentos sociais.

O processo de formalização incluiu reuniões e a elaboração de um pedido formal à UFT (Câmpus de Miracema do Tocantins), solicitando a sua implementação. A ideia de criar essa graduação foi motivada pela necessidade de oferecer formação qualificada e aprimorar o conhecimento de jovens e adultos do meio rural. As primeiras discussões sobre o curso começaram em 2015. No entanto, devido a diversos desafios políticos, estruturais e acadêmicos, o vestibular só foi realizado no final de 2018. O curso de Serviço Social - Pronera no Tocantins iniciou oficialmente suas atividades em 2019, com uma turma de 37 alunos, composta por camponeses, pais e mães de família, avós, solteiros, militantes de movimentos sociais e trabalhadores rurais. Esses alunos vieram de vários estados, incluindo Pará, Maranhão e, principalmente, Tocantins, representando a diversidade da Amazônia Legal.

O estado do Tocantins, com particularidades socioculturais e geográficas⁷, sendo uma delas a de ser o mais novo estado federativo do país, criado pela Constituição Federal, de 1988, localizado a sudeste da Região Norte e tendo como limites os estados do Maranhão, ao nordeste; do Piauí, ao leste; da Bahia, ao sudeste; de Goiás, ao sul; do Mato Grosso, ao sudoeste; e, do

⁷ Cabe ressaltar, todavia, que o seu território nada mais é que parte do estado de Goiás, visto que “a criação do Tocantins como Unidade Federativa brasileira foi oficializada no dia 5 de outubro de 1988 [...]. Mas a busca pela emancipação do norte de Goiás, hoje Tocantins, remete a períodos mais antigos, no século XIX, quando disputas entre membros da coroa favoráveis à recolonização do Brasil e políticos liberais favoráveis à emancipação do país tiveram reflexo na província de Goiás” (ESTADO DO TOCANTINS, 2013).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Pará, ao noroeste. Ocupa uma área de 277.466,763 km² com população estimada em 2020 de 1.572.866 habitantes (IBGE, 2020) pessoas em número crescente se comparado aos 1.383.445 habitantes em 2010, com um crescimento populacional de 13,69%.

O Tocantins é formado por 139 municípios, dos quais os mais populosos são Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins. Possui cinco distritos agroindustriais em franca expansão, instalados na capital, em Gurupi, Araguaína e Porto Nacional. Essa política de desenvolvimento econômico possibilita avanços e engendra metamorfoses na perspectiva capitalista local: o seu modo de pensar, no que diz respeito à exploração da mão de obra e na perpetuação de suas relações de dominação na sociedade particular, definido pelo desenvolvimento histórico.

O estado, que se constitui em um campo de disputas e de correlação de forças, que é também, um aparato de dominação presencia resultados notáveis, com recordes de produção na monocultura de grãos, a soja, e, também, com a abertura de mercados externos para a pecuária, aspectos que demonstram a ambição de seus governantes em transformar o Tocantins no principal acesso à região Norte do país.

O território em questão se constitui como um estado novo, criado pela Constituição Federal democrática do país, cuja proposta dada aos direitos sociais é na perspectiva dos direitos de cidadania. Assim, esperava-se que a expressão, participação e vontade da população fosse considerada em todo o processo de seu desenvolvimento, no entanto, o que se observa é uma política que, segundo Raichelis (2010), desenvolve-se no padrão patrimonialista de relações na cultura política brasileira: apoiadas há décadas na matriz do favor, do clientelismo, do apadrinhamento e do mando, com apropriação do público pelo privado.

Embora sendo um estado com perspectivas novas, as práticas políticas mantiveram a cultura sócio-histórica brasileira que se desenvolve sob o prisma eleitoreiro, clientelista e conservador. O que ocorreu foi que as forças que lutaram e foram vitoriosas no período e na divisão e gestão do novo estado não representavam o rompimento com os padrões hegemônicos de exploração, sobretudo foram as camadas mais abastadas, os ricos, que se confirmaram nos anos seguintes, nos governos eleitos para a condução da política local, ou seja, mantém-se os interesses da autocracia burguesa nacional.

Nos termos de Fernandes (2005), a autocracia burguesa se refere à estrutura da burguesia brasileira, cujos os objetivos se direcionam, entre outras coisas, à manutenção da ordem e do fortalecimento do sistema capitalista. Trata-se de uma persistência de ditadura classista e reacionária.

Nesse sentido, vale destacar a importância da criação do curso de Serviço Social/Pronera, um caminho metodológico na educação para a formação profissional de jovens/adultos que vivem nos assentamentos e que não possuem a oportunidade de entrar na universidade pública por vários motivos, conforme aponta Chauí (2000, 9, p. 37), porque, neste país, a educação é considerada privilégio e não um direito dos cidadãos”.

Trata-se de um grupo de estudantes composto por famílias e comunidades de camponeses, pequenos agricultores, sem-terra, atingidos por barragens, ribeirinhos, quilombolas, pescadores, articulados em torno de movimentos de lutas de classes vêm buscando alternativas para superar a situação de exclusão da Política de Educação que desumaniza os povos do campo e degrada a humanidade como um todo. Particularmente, movimentos sociais, como o Movimento Sem Terra (MST), desenvolvem estratégias de luta pela Reforma Agrária, em defesa da agroecologia, do meio ambiente, da justiça social, educação do campo e da agricultura familiar (Carvalho; Mendes, 2014).

Sobre esse aspecto, concorda-se com Carvalho e Mendes (2014) quando afirmam que a lógica do agronegócio e do latifúndio se inserem como grandes desafios à luta democrática pela terra e pela Educação do Campo. Esta se contrapõe à lógica hegemônica do capital, por considerar a importância da luta contra os agrotóxicos, exploração da mão de obra e produtivismo.

Todavia, fazer ensino superior em um país em que as desigualdades sociais são das maiores do mundo, carregando as marcas de uma economia dependente, de um desenvolvimento desigual e combinado (Oliveira, 2003), é um grande desafio. O resultado desse processo é a evidência das fortes marcas das expressões da questão social (Iamamoto, 2007), com elevadíssimos índices de pobreza e de discriminação. Com relação aos negros, indígenas, quilombolas e camponeses, acessar um direito não é algo comum, muito pelo contrário, para tal feito, é necessária muita luta e resistência.

É importante destacar, assim como afirma Ferreira (2018) que as lutas dos movimentos sociais do campo foram de suma importância para a consolidação de propostas de educação destinadas à população desse segmento, a partir da Carta Constitucional de 1988, apesar de se reconhecer que os preceitos legais ainda não se manifestam em sua totalidade no plano formal.

Em meio a tantas contradições sociais, chegar à universidade é um grande desafio, principalmente, sendo estas instituições consideradas espaços das classes dominantes. Então, quando essa população, extratos da classe trabalhadora, alcançam essa possibilidade de ingressar na universidade pública, direciona-se uma possibilidade de rompimento do ciclo de exclusão das políticas sociais.

Ao se tratar de grupos que historicamente foram expropriados (Marx, 2013) das diversas formas da produção de riquezas sociais, ao chegar na universidade, - em um espaço formal, engessado, burocrático - toda essa herança histórica de suas vidas cobra um alto preço e, infelizmente, muitos ficam pelo caminho. A sociedade nem sempre oferece as condições objetivas necessárias ao ingresso, à continuidade e à integralização na educação.

É por conta de toda essa realidade que todo coletivo constituído por um conjunto de sujeitos, que têm diversas individualidades, materializa, por diversas mãos, ações concretas cotidianamente que estão levando à possibilidade de materializar o curso. Sendo assim, com os subsídios das três dimensões, o ético-político, técnico operativo e teórico-metodológico que docentes da UFRJ, UFMA, ABEPSS, INCRA, MST e MAB se organizam para promover o desafio em tornar o curso uma realidade.

A inserção desses trabalhadores no âmbito das universidades tem sido de suma importância para o fortalecimento dos assentamentos e acampamentos de reforma agrária, dentro de uma lógica classista e de exploração, que se manifesta há anos na particularidade brasileira, assim como afirma Santana (2016):

Desse modo, o PRONERA apresenta-se como uma política de caráter dinâmico que por sua própria natureza multifacetada vem abraçando diversos segmentos da sociedade como os Movimentos Sociais, Sindicatos voltados a lutas da terra, bem como, Instituições estaduais e federais, com a proposta maior de trazer melhores condições à vida no campo, pois elegendo a educação como impulso, vem cada vez mais propiciando não só a sobrevivência e dignidade, mas garantindo o direito à vida, respeitando a história daqueles que derramaram seu sangue sobre a terra em busca de dias melhores e nutrido os sonhos daqueles que hoje carregam consigo o legado de luta pela terra (Santana, 2016, p. 14).

O ingresso dos estudantes do curso de Serviço Social do Pronera, na Universidade Federal do Tocantins (UFT), reforça a importância das políticas de acesso às instituições de ensino superior, num território minado por disputas políticas no campo e na cidade. Além disso, direciona a necessidade de fortalecimento dos movimentos sociais que buscam a sua existência diante do cenário de um modo de produção excludente e explorador.

Entendemos, portanto, o PRONERA como uma iniciativa em educação “contra-hegemonia”. Neste sentido, nossa argumentação se inclinará a trazer à tona como contribui as práticas implementadas nos diversos cursos do Programa ao de sua criação, ora a intenção maior é demonstrar como se dá a contribuição do desta iniciativa para a visão de um projeto de campo e sociedade no Brasil (Santana, 2016, p. 16).

A articulação do curso com as experiências cotidianas desses trabalhadores já remete à resistência, diante de um cenário que massacra os trabalhadores sem-terra e a agricultura familiar, em detrimento do agronegócio e as suas mais variadas expressões sociais, econômicas, políticas e culturais. Nesse sentido, os próximos tópicos dialogarão com as dimensões de representatividade que a “Turma Maria Trindade” vem direcionando nos últimos anos, na realidade já apontada.

2. O Curso de Serviço Social do Pronera: estratégias e desafios

O curso de Serviço Social do Pronera no estado do Tocantins, campus de Miracema – Turma Maria Trindade - adota uma estratégia de acolhimento particular. Ao início de cada semestre, realiza-se um seminário de abertura e, nesses eventos, são convidados pesquisadores que debatem as temáticas relacionadas à área. Estrategicamente, há convidados que apoiam o projeto, bem como as instituições que são responsáveis pelo mesmo.

No ano de 2019, ocasião da abertura do curso, organizou-se um lindo seminário com ampla participação. Todavia, a programação do evento foi vetada pelo Governo Federal⁸ da época, que alegou que não apoiaria atividades em que militantes do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Nesse período, inclusive, houve um movimento na direção do cancelamento do curso.

⁸ Trata-se do Governo do então Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro.

Vale considerar que entre os anos de 2016 a 2022, a sociedade brasileira foi fortemente impactada com a austeridade fiscal imposta pela Emenda Constitucional (EC) nº 95, que congela os gastos públicos por 20 anos, mas como agravante daquela conjuntura política, o governo do período de 2019 a 2022, realizou fortes ações de enfraquecimento da política de educação do campo.

Pode-se afirmar que a EC 95/2016 trouxe duros desafios à educação pública brasileira. Dutra e Brisolla (2020) afirmam que essa emenda reflete uma “nova” maneira de operacionalizar um regime fiscal voltado à participação das despesas primárias em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), ao passo que avilta a participação do Estado no âmbito das políticas públicas.

Apesar disso, as lutas e resistências, fizeram cumprir as agendas dos seminários de abertura dos semestres, que atualmente se encontram na 7ª edição, organizam-se como um momento ímpar aos estudantes do curso de Serviço Social/Pronera e para toda a comunidade acadêmica do campus de Miracema da UFT. Vale destacar que este campus está localizado a 80 Km da capital, Palmas, e tem apenas 4 cursos de graduação, Pedagogia, Serviço Social, Psicologia e Educação Física. Compreende-se que o curso realmente contribui com a educação popular e ensina, com a forte presença dos movimentos sociais, estratégias de organicidade, aspectos que o diferencia de toda uma educação formal e elitizada. Isso ocorre não apenas pelas diretrizes e princípios éticos do Serviço Social, mas também pela ampla experiência política e pedagógica apreendida pelos estudantes ao longo de suas trajetórias, por meio da participação do MST.

A Educação no Campo se contrapõe à lógica hegemônica, como uma crítica à invisibilidade do Estado perante ao povo camponês. Articulada à lógica da Educação Popular, que ganha visibilidade a partir da década de 1960, na perspectiva de Paulo Freire, esse formato busca apresentar formas de resistência do segmento em debate em detrimento da lógica capitalista.

O Pronera é oportunidade e o caminho para a valorização dos diversos saberes, como diz Brandão: “[...] é o momento - um longo momento da história – em que a educação popular, como saber da comunidade, torna-se a fração do saber daquele que presos ao trabalho, existem à margem do poder”. (BRANDÃO, 1985, 23).

Na operacionalização do Curso de Serviço Social do Pronera, na UFT, um dos momentos culturais nos seminários é a realização de uma atividade chamada de “*mística*”. Nela, são elaboradas, por meio da leitura de textos e poesias, a exposição de denúncias políticas e arte popular, enfim, refere-se a um momento de suspensão para refletir e se emocionar. Não dá para se pensar em Pronera sem trazer para os “muros” da universidade a Educação Popular.

A Educação Popular carrega em seu significado e também representa um levante, uma resistência que se contrapõe ao conservadorismo presente na educação. Esse formato de formação remete à pedagogia que se mostra indignada e busca em cada período de retorno ao ensino, realizar o acolhimento desses estudantes que trazem consigo um potencial de vivência de lutas, de enfrentamentos, por meio de trocas, no contexto da universidade pública. Contribuem para a promoção da formação na universidade de cada um, pois possuem uma vida onde vivenciam diversas experiências culturais, políticas e econômicas em seus territórios.

Ou, ainda, assim como afirma, Ferreira (2018), a Educação do Campo e a particularidade da Educação Popular trazem a proposta da reflexão com a ação como premissas primordiais do campo do ensino, já que partem do pressuposto da pedagogia crítica, a *Pedagogia do Movimento* (p. 49).

É a partir da trajetória camponesa, da cultura dos sujeitos, do trabalho, de suas atividades produtivas que o processo ensino-aprendizagem se desenvolve para a reflexão e para a concepção da educação, ao aprendizado dos conteúdos e componentes curriculares aliados ao curso em que estão inseridos (Ferreira, 2018).

Sobre esses aspectos, considera-se importante ainda, o compartilhamento das experiências e vivências dos estudantes do Pronera com os colegas dos cursos regulares, durante as interações em eventos organizados e em outros espaços da universidade, como minicursos, seminários e diversas atividades acadêmicas, pois a partir disso, a lógica da alternância pode ser compartilhada e a dimensão da educação popular também ganha força em outros espaços.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

No processo de desenvolvimento da Turma Maria Trindade do Curso de Serviço Social/Pronera/UFT, são verificados desafios e possibilidades, além de inúmeros esforços para a continuidade no ensino pelos estudantes. Apesar disso, é preciso refletir, assim como apontam Carvalho e Mendes (2014), que a particularidade brasileira está imersa em um comportamento global no que se refere ao desenvolvimento da lógica do capital. Segundo os autores,

O entendimento da nova realidade do campo brasileiro se dá a partir de sua inserção na ordem mundial caracterizada por: globalização da economia, que incrementa drasticamente o comércio internacional, com multiplicação da oferta de produtos; organização do trabalho num sistema de produção flexível, que permite ao capitalista acelerar o processo de acumulação de riquezas; revolução técnica científica, que com o suporte da robótica e da informática, eleva exponencialmente a produtividade dos meios de produção; o neoliberalismo que se constituirá na racionalidade de gestão encontrada pelos setores hegemônicos, para expansão do mercado. (CARVALHO; MENDES, 2014, p.49).

No âmbito institucional, a situação não é diferente. O curso lida com as contradições e a redução dos investimentos educacionais implementados pelo governo anterior, resultando em perdas significativas. Para superar esses desafios, é essencial unir esforços e fortalecer a resistência em prol da Educação Popular. Além disso, a mobilização de todos os envolvidos é crucial para garantir um sistema educacional mais justo e inclusivo, capaz de atender às necessidades da sociedade e promover o desenvolvimento integral dos indivíduos.

Além de unir esforços para a resistência, é fundamental desenvolver estratégias de aproximação da coordenação com os estudantes, de modo que eles também participem dos processos e contribuam para a organicidade do planejamento das ações. Desse modo, eles fazem parte das avaliações das etapas, contribuindo e dando sugestões de temas sobre os seminários de abertura, disciplinas e outras questões, além de compartilharem os seus desafios para a permanência.

3. Resistências e Formação Política: a especificidade do Curso de Serviço Social do Pronera na UFT

O Pronera no estado do Tocantins possui inúmeros desafios e, nesse percurso, prevê a prestação de assistência estudantil, como o transporte dos assentamentos até a universidade,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

alimentação e moradia. No entanto, esse modelo nem sempre é possível oferecer as melhores condições em relação à moradia e alimentação.

Hoje, ao compreender as particularidades inerentes ao processo enfrentado pelo curso, tendo em vista que se faz necessário locação de casas, contratação de alimentação, entre outras. Identifica-se que na disponibilização do recurso financeiro não há a previsão de material permanente e, isso, implica no fato de que o custeio das casas só garante o pagamento do aluguel, da água e da energia. Nesse caso, nas moradias não são disponibilizados: camas, ventiladores, fogões/botijões de gás, geladeiras, mesas ou cadeiras. Esse conjunto de necessidades não são pagos pelo curso que está organizado conforme a pedagogia da alternância, ou seja, temos tempo de universidade e tempo comunidade.

Outro aspecto marcante e dificultador, foi o fato do curso ter se iniciado já no governo do presidente Jair Bolsonaro. Este optou por uma profunda austeridade fiscal, que atingiu profundamente a realização dessa política social de educação para camponeses.

Outros desafios enfrentados, estão relacionados ao período de enfrentamento à pandemia, declarada pela Organização Mundial da Saúde Covid-19, a partir de 11 março de 2020. De acordo com as orientações, a UFT reduziu o seu atendimento presencial e aderiu à realização de atividades remotas. Com essas medidas de isolamento social, muitos estudantes desistiram ou ficaram sem conseguir acompanhar as atividades na modalidade em questão, pois alguns não possuíam acesso à internet, outros não dispunham de equipamentos digitais (roteadores, notebooks, computadores ou celulares) e outros tiveram que buscar formas de sobrevivência por meio de trabalho fora do assentamento.

No percurso da pandemia as aulas, as ofertas de disciplinas e demais atividades pedagógicas foram readequadas, desde o período considerado o “tempo universidade” com o de “campo”. A situação pandêmica provocou tensão e sofrimento na população camponesa, que mora nos assentamentos rurais. Com isso, os estudantes vinculados ao Pronera não estiveram imunes a essa conjuntura e sofreram as drásticas consequências.

No semestre de 2023.1, os alunos foram inseridos em sua primeira experiência de Estágio Supervisionado em Serviço Social. Nesse momento, foram identificados inúmeros desafios,

especialmente em relação à necessidade de realizar as atividades próximas aos locais de moradia, ou seja, em cidades do interior do Tocantins e do Maranhão.

A partir desse momento, a Coordenação de Estágio, articulou vagas com várias instituições no âmbito da assistência, saúde e educação. Visualizaram-se a partir daí diversas questões desafiadoras. Entre elas, a disputa por vagas de estágio, considerando a concorrência com alunos de outras instituições, como universidades privadas e cursos de Educação à Distância (EAD). Observou-se, por exemplo, que alguns setores oferecem pagamento de contrapartida para receber discentes, uma prática que está completamente fora da realidade financeira do nosso Programa e na contramão do que recomenda o Código de Ética da profissão. Outros aspectos se referem à precarização dos vínculos de trabalho de muitos assistentes sociais nas instituições nas quais os alunos estão inseridos, como contratos temporários e ausência de estrutura física para a recepção de estagiários.

Nesse processo, ainda, muitos alunos apresentaram desafios à entrega dos instrumentais relativos aos estágios I, II e III, que foram se desenvolvendo nas etapas seguintes (2023.2 e 2024.1), visto que nos seus locais de moradia e ainda nos campos de estágio há uma infraestrutura precarizada de acesso à internet e de outras tecnologias.

Tais elementos não se configuram como um desafio particular à Turma Maria Trindade de Serviço Social do Pronera, mas estão presentes no contexto geral da educação pública brasileira que, por diversas vezes, precisa enfrentar a lógica mercadológica do ensino superior. Sobre isso, Lewgoy (2013) aponta que

A contrarreforma do Estado e os impactos na Política de Educação Superior trazem novas configurações para a formação profissional, conseqüentemente, novos rebatimentos no processo de supervisão de estágio. A universidade, ao adaptar-se às exigências do modelo neoliberal, passa a ser concebida como entidade administrativa, regida por ideais de gestão, de planejamento, de previsão, de controle e de êxito, não questionando, assim, as razões de sua existência e sua função social. (LEWGOY, 2023, p. 69).

Ao se analisar a particularidade dos estágios vinculados a cursos inseridos em universidades localizadas no interior do país, como é o caso de Miracema/TO, Cariaga e Silva (2016) apontam que:

Vale dizer que os custos, as dificuldades e os obstáculos enfrentados pelas universidades que estão no interior do país ainda não são levados em consideração. Isso em relação ao orçamento destinado aos campi que estão distantes das capitais. Muitos são os itens a serem elencados quando se trata da interiorização, principalmente sobre a fixação dos professores, apoio estudantil para moradia, transporte, alimentação, bem como o acesso ao lazer e às atividades culturais. (CARIAGA; SILVA, 2016, p. 96).

Tais aspectos também se manifestam na particularidade dos estudantes vinculados ao curso de Serviço Social do Pronera. Nesse momento, ao compreender a importância do estágio para a formação profissional, os discentes relatam a ausência de recursos para custear as idas e vindas aos campos de estágio; a distância dos seus locais de moradia até o espaço sócio-ocupacional em que estão realizando a experiência; a dificuldade em articular o tempo de militância e os trabalhos nos assentamentos ou outras atividades com as horas a serem realizadas⁹, entre diversas outras questões.

Tais aspectos também trazem impactos às demais disciplinas, visto que muitos estudantes apresentam questões para a entrega dos trabalhos relativos ao tempo comunidade e atrasam pedagogicamente à conclusão de componentes curriculares importantes à formação.

Cabe acrescentar que em 2024.1, a realização da etapa prevista foi adiada para o semestre de 2024.2, considerando os impactos do movimento grevista que se expandiu por todas as universidades do país. Apesar disso, a coordenação e os alunos avaliaram e organizaram uma programação que atendeu as necessidades do curso, entendendo o estágio como uma atividade essencial e que deveria ter continuidade. Assim, os estudantes aptos (aqueles que finalizaram o estágio II) iniciaram o Estágio II, com a supervisão acadêmica e foram inseridos em seus campos de estágio, com o devido acompanhamento.

Considerando-se uma realidade em constantes transformações, há imprevistos que precisam ser solucionados no decorrer do caminho que, por diversas vezes, estão relacionados às estruturas físicas de permanência dos estudantes; de financiamento para a continuidade dos semestres, com base nos planejamentos; e de acesso a campos de estágio próximos aos locais de moradia dos discentes em questão.

⁹ De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), o Estágio I possui uma carga horária de: 30 horas teóricas; 30 horas práticas (visitas aos campos de estágio) e 135h práticas “distribuídas em cada semestre, totalizando 405h práticas, sendo estas desenvolvidas pelos discentes nos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, tornando-se locais de estágio”. (TOCANTINS, 2018, p. 47).

Nesse sentido, torna-se necessária a defesa e o fortalecimento dos programas de assistência estudantil, de modo que seja possível garantir a qualidade da formação desses camponeses, bem como o fortalecimento dos cursos inseridos em cidades do interior do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a sua implantação, a realização desse curso em parceria com o INCRA, atravessa dificuldades e requer a superação de muitos desafios para a sua materialização e, conseqüentemente, para sua finalização.

Sobre a questão do orçamento, alguns elementos merecem destaque: o projeto é financiado per capita por estudante, prevendo originalmente 60 acadêmicos, embora apenas 37 tenham realizado a matrícula. Durante o curso, houve períodos em que o orçamento não foi repassado, o que quase causou a paralisação total das atividades. O curso só conseguiu continuar graças ao Deputado Federal Célio Moura, da bancada do PT, que destinou um orçamento vinculado a uma Emenda Parlamentar.

Mas, ainda assim, verifica-se um atraso significativo de quase dois anos, pois o curso foi duramente impactado pela pandemia da Covid-19. Esta, como já abordado, implicou na necessidade de realização de momentos remotos. Vale destacar que as disciplinas ofertadas de maneira remota precisaram ser disponibilizadas novamente, pois se avaliou que o processo de aprendizagem foi bastante comprometido, visto que alguns alunos não tiveram acesso às tecnologias para participar das aulas, além da dificuldade com o novo formato.

Nessa direção social e política de garantir a finalização do curso prevista para dezembro de 2024, com a esperança de contar com esses bacharéis em Serviço Social na luta por direitos que, além de ser uma conquista política, remete-nos ao enfrentamento das estruturas sociais hegemônicas classistas e de poder.

As dificuldades apresentadas refletem problemas estruturais mais amplos enfrentados pela educação pública no Brasil, especialmente em universidades localizadas no interior do país. A



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

falta de recursos adequados, a assistência estudantil e o acesso a atividades culturais e de lazer são problemas permanentes e que demandam discussões mais aprofundadas.

A direção social do curso e o conjunto dos seus docentes e discentes buscam superar os dilemas e os desafios enfrentados a cada momento na universidade que visa a todo instante a realização de continuidade, em consonância com o Projeto Ético Político da profissão. Apoiar-se no desenvolvimento das competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, reconhecendo que a intervenção profissional está voltada aos processos sociais e às demandas emergentes das expressões da questão social. Busca em todo seu percurso da formação profissional demonstrar e fomentar a capacidade de análise de conjuntura, das instituições e da correlação de forças presentes na contemporaneidade, numa perspectiva de totalidade.

Diante deste cenário, é imperativo fortalecer e defender os programas de assistência estudantil para garantir a qualidade da formação dos camponeses e o fortalecimento dos cursos em cidades do interior. A adaptação constante e a busca por soluções para os imprevistos são essenciais para assegurar a continuidade e o sucesso da formação dos estudantes vinculados ao Pronera, além da necessidade de se garantir recursos dentro do programa que garantam financiamento para a pesquisa e a extensão, para além da assistência estudantil.

REFERÊNCIAS

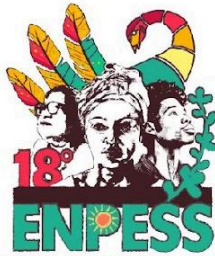
BRASIL (2010). **DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010**. Disponível em: Decreto nº 7352 (planalto.gov.br). Acesso em 16 de junho de 2023.

BRANDÃO, C. R. **Educação popular**. Editora Brasiliense, São Paulo: 2ª edição.

CARIAGA, Maria Helena; SILVA, Maria José Antunes. **Caminhos da formação: os desafios da supervisão de estágio no curso de Serviço Social de Miracema do Tocantins**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 125, p. 85-100, jan./abr, 2016.

CARVALHO, S. M. G; MENDES, José Ernandi. **Práxis educativa do Movimento 21 na resistência ao agronegócio**. In: Interface Journal. V.6 (1), 2014, p. 45-73. Disponível em: <http://www.interfacejournal.net/wordpress/wp-content/uploads/2014/06/Interface-6-1-Carvalho-e-Mendes.pdf>. Acesso em 16 de junho de 2023.

CHAUÍ, M. **Ideologia neoliberal e universidade**. In: os sentidos da democracia; políticas do dissenso e a hegemonia global/ Org, pela equipe de pesquisadores do Núcleo de Estudos dos Direitos da cidadania- NEDIC. -Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC 1999.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

DUTRA, Norivan; BRISOLLA, Livia. **Impactos e Rupturas na Educação Superior Brasileira após a Emenda Constitucional 95/2016: o caso dos institutos federais**. Fineduca- Revista de Financiamento da Educação. V.10.n.7, 2020.

ESTADO DO TOCANTINS (2013). **Tocantins 25 anos: cidadãos que viram o Estado nascer e crescer**. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/tocantins-25-anos-cidadaos-que-viram-o-estado-nascer-e-crescer/6j8s3snp90qz>. Acesso em 19 de março de 2024.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2005.

FERREIRA, Suellen C. **Educação do Campo na Educação Superior: as repercussões do Pronera na Educação Social, Profissional e Política de Egressos dos Cursos Ofertados na UFPB (Campus I)**. Dissertação de Mestrado. João Pessoa. UFPB, 2018.

IBGE (2020). Tocantins. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>. Acesso em 19 de março de 2024.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

LEWGOY, Alzira. **O Estágio Supervisionado em Serviço Social: desafios e estratégias para a articulação entre formação e exercício profissional**. Brasília (DF), ano 13, n. 25, p. 63-90, jan./jun, 2013.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. (Coleção Marx-Engels).

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista e o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

RAICHELIS, R. **Palestra em Seminário: CRAS no contexto dos municípios paulistas: características e tendências**. São Paulo, 2010.

SANTANA, G. **“Percepções, impactos e expectativas do curso de Serviço Social ESS/ UFRJ/ PRONERA”**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

TOCANTINS (2018). **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social do Pronera-UFT. UFT. Miracema do Tocantins**, 2018.